

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.)
GEOGRAFIA NA SALA DE AULA

São Paulo, Contexto, 1999

Nídia Nacib Pontuschka

O livro *A Geografia na Sala de Aula*, organizado por Ana Fani Alessandri Carlos e contando com artigos de nove geógrafos da Universidade de São Paulo, entre alunos de Pós-Graduação, docentes do Departamento de Geografia da USP e do Professor Manuel Correia de Andrade, de Recife, constitui uma contribuição significativa no momento em que a universidade e as escolas do ensino fundamental e médio passam por amplas transformações oriundas de novas orientações na política educacional do País.

A comunidade de professores pesquisadores que trabalha na interface entre Geografia e Ensino vê com satisfação a participação de geógrafos que realizam pesquisas em diferentes especialidades, escrevendo sobre ensino da Geografia. Assim, o livro "Geografia na Sala de Aula" apresenta autores universitários conhecidos no Brasil inteiro pela produção de artigos e livros destinados a professores e alunos, ao lado de autores que talvez escrevam pela primeira vez tendo por objetivo a formação de professores de Geografia. Esse fato denota a importância crescente que professores e alunos da Pós-Graduação estão dando ao ensino da Geografia em seus diferentes níveis.

O livro oferece um temário diversificado (re)visitando ou recriando temas de há muito estudados, oferecendo possibilidades de reflexão aos professores que conhecem a importância de uma educação permanente, acompanhando de perto os avanços da ciência geográfica e criando e (re)criando

métodos de ensino e aprendizagem condizentes com o tempo e o espaço onde a educação realmente se efetiva, ou seja, a sala de aula.

A obra é uma contribuição de geógrafos de diferentes gerações para descobrir caminhos teóricos e ações que melhorem a qualidade de ensino da Geografia. Assim, podemos reconhecer no livro autores que se voltam para a construção da cidadania, da história do pensamento geográfico, da visão da metrópole e de linguagens convencionais utilizadas na Geografia, como a cartografia e artigos que refletem sobre as linguagens, até aqui pouco ou mal utilizadas na escola para a compreensão do espaço geográfico.

Embora os textos sejam independentes há uma certa relação teórica entre eles, pois na maioria dos artigos é notável a presença de Henri Lefebvre, filósofo francês, embasando as reflexões sobre o espaço geográfico.

Sobre Cartografia há dois textos com abordagens bastante diferenciadas; enquanto um faz a crítica à cartografia produzida na academia de forma autônoma, quase descolada da Geografia, o outro, apresenta propostas de trabalhos para alunos das séries iniciais e para alunos de 5ª série em diante.

Os artigos que versam sobre linguagens mais modernas que, paulatinamente, entram na sala de aula, merecem por parte dos autores muita reflexão teórica diante das atuais preocupações do ensino da Geografia, porque o cinema e a televisão não estão sendo bem utilizados na

escola como estímulo à crítica e ao pensamento reflexivo das crianças e adolescentes. Desse modo, os artigos são importantes para auxiliar os professores a repensar suas ações pedagógicas, ao optarem pelo uso dessas linguagens como recursos didáticos.

. *A Geografia e a construção da Cidadania*, de Amélia Luisa Damiani - Embora todos os artigos estejam implícita ou explicitamente abordando a importância do estudo da Geografia na formação de cidadãos, é este texto que trata especificamente da noção de cidadania, mostrando que conhecer o espaço é conhecer a rede de relações a que a pessoa está sujeita e da qual é sujeito.

Damiani coloca enfaticamente a relação do espaço com os problemas da propriedade privada do solo, no século XX. Discute a importância da apropriação do espaço para a construção da cidadania. Compreende que a cidadania envolve a questão da sociedade civil e as formas de apropriação do mundo produzido por ela, para além das formas de representação política.

Sua análise está iluminada teoricamente por Henri Lefebvre, destacando um de seus livros: "A Produção do Espaço". Segundo ela, a Geografia pressupõe um projeto do/sobre o homem, pois inclui não só um pensamento, mas um pensamento-ação.

Ao se falar sobre o ensino e a pesquisa a autora afirma que se deve abrir caminho para representar livremente as aspirações da sociedade civil, não cumprí-las filtradas como funções do Estado.

Ainda, a autora afirma que as instituições educacionais não podem se assemelhar a instituições totais que criam um mundo em separado, ao contrário, devem se misturar intrinsecamente com a sociedade civil. Há necessidade de estabelecer novos vínculos entre as instituições e as pessoas, por meio das quais elas dominem suas condições de existência, o que sinaliza para a autogestão.

Damiani resgata o valor da dialética, por muitos esquecida, ao afirmar que só um pensa-

mento dialético permite uma mudança na qualidade de pensar. A dialética permite captar a diversidade da vida humana, atingindo o entendimento do sujeito e potencializando-o como tal. É a razão de ser do cidadão.

Este é um texto que pode servir de apoio teórico para a discussão não só dos professores de Geografia como para todos que recebem as propostas ou parâmetros curriculares em que a formação do cidadão é sempre priorizada.

. *Apresentando a Metrópole na Sala de Aula*, de Ana Fani Alessandri Carlos. Em uma parte introdutória Ana Fani discute a maneira pela qual a metrópole aparece aos olhos do observador. Mostra a forma caótica do espaço da metrópole no sentido de suas construções e do movimento dos veículos, mercadorias e das pessoas. A metrópole eliminando antigas referências, destruindo a memória social, fragmentando o espaço e interferindo no ritmo de vida das pessoas.

Ana Fani afirma que o mundo dos homens passa a ser o mundo das coisas, das mercadorias, do lazer capitalizado. A cidade parece se distanciar do cidadão. Feita a obra, o cidadão não se reconhece nela, nem é por ela reconhecido, porque é uma produção com finalidades estranhas às suas necessidades.

A autora analisa a metrópole e seus contrastes mostrando que a paisagem da metrópole contempla mil formas; espelha diferenças colocando as pessoas no nível do aparente e do imediato. Chama também a atenção do leitor para as diferenças de suas utilizações e a diversidade dos usos do solo urbano e as diferenças dentro de cada uso e na disputa pelos usos, o aparecimento de suas contradições.

O espaço da metrópole reflete as contradições do uso produtivo da cidade determinado pelas características do processo de reprodução do capital. De um lado, o espaço da metrópole se reproduz enquanto condição da produção (produção, distribuição, troca, consumo de mercadorias). De outro, o espaço de reprodução da vida (o uso

residencial, o lazer e a infraestrutura urbana - consumo coletivo).

A autora relaciona o modo de utilização do solo urbano à existência da propriedade privada da terra. Mostra como os bairros centrais são deteriorados, mudando suas funções e provocando também a mudança das populações dos bairros ricos para loteamentos luxuosos e fechados, cada vez mais distantes das áreas centrais. Os pobres também buscam áreas mais distantes, mas por motivos totalmente diferentes. As indústrias também se deslocam. Por isso, a idéia de periferia, segundo Fani, precisa ser repensada.

Discute a metrópole como o *locus* dinâmico de atividades exercidas por pessoas, de acordo com suas necessidades sociais, mostrando que o uso se dará com conflitos, porque os interesses do capital e da sociedade como um todo são contraditórios: uns tem por objetivo a reprodução do capital, enquanto, a sociedade almeja condições melhores de reprodução da vida.

Sinaliza que as áreas da cidade destinadas à moradia revelam nitidamente no espaço construído as maiores desigualdades de classes sociais.

Diz Fani, a paisagem é uma forma histórica específica, que se explica por meio da sociedade que a produz, e é, portanto, trabalho objetivado, fruto do processo de produção realizado ao longo de gerações. Discorda de que a cidade é o construído. Para a autora a cidade é antes de mais nada trabalho humano, materializado em casas, prédios, praças, viadutos.

O que vemos quando observamos a paisagem é a "grande obra do homem", a sua vida enquanto ser que produz e que habita.

No texto também existe a preocupação com a resistência às desigualdades e desequilíbrios revelada nas reivindicações por água, luz, moradia, asfalto, saneamento básico. Tais manifestações sociais vão também produzindo o espaço. Os movimentos sociais nascem da consciência acerca das condições de vida das diversas classes, surgindo para o indivíduo como direito de participação nas decisões. As reivindicações por melhores condições

de vida passam pela discussão da contradição entre capital e trabalho, fundada na propriedade privada dos meios de produção e na desigualdade social e jurídica dos homens.

No decorrer de todo o texto a autora pretende revelar o que se esconde por trás do "caos" que os olhos detectam, mas não explicam.

Trajetória e Compromissos da Geografia Brasileira de Manuel Correia de Andrade. Este autor, que já contribuiu para a formação de várias gerações de professores pesquisadores da Geografia, em seu artigo analisa de forma sucinta as contribuições de geógrafos e não geógrafos para o ensino da Geografia.

O autor faz uma periodização do ensino da Geografia, desde a chegada dos europeus, no século XVI até nossos dias, dividindo essa história em três períodos distintos, os quais acompanham as transformações políticas e econômicas do País: o *Colonial*, apresentando os cronistas europeus que estiveram no Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII e que realizaram descrições da terra e da gente brasileira; o *Imperial* e da *Primeira República* oferecendo referências básicas para aqueles que desejarem estudar as contribuições que políticos e escritores deram para o conhecimento do nosso País e para os embates, sobretudo do século XIX e início do XX; e o *Moderno*, iniciado na década de 1930, com ênfase na Revolução, que apesar de frustrada em grande parte de seus objetivos políticos permitiu que São Paulo e Rio de Janeiro avançassem do ponto de vista cultural com a criação das universidades e da Associação dos Geógrafos Brasileiros, dando destaque aos mestres franceses, os formadores dos primeiros geógrafos brasileiros.

Mostra a relação intrínseca existente entre o movimento político e econômico da sociedade brasileira, sua relação com os Estados Unidos e os reflexos na cultura e na produção da Geografia e no embate teórico entre correntes do pensamento geográfico que despontaram depois da 2ª Guerra Mundial até os nossos dias.

O texto termina com a seguinte frase: "Ciência é também política e o cientista deve saber

porque é utilizada, como é utilizada e em favor dos interesses de quem ela é utilizada”.

“Instrumentos de Dominação e/ou de Libertação” de José William Vesentini, professor que há aproximadamente duas décadas vem contribuindo para a formação de professores e de alunos do 1º e 2º graus, hoje, ensino fundamental e médio. O título do texto sinaliza o principal eixo de sua discussão sobre o ensino da Geografia. No tratamento do tema mostra a concepção que tem de educação - todos os meios de aprendizagem; família, mídia, lições dos mais experientes que, como a escola, podem ser simultaneamente instrumentos de libertação e de dominação.

Com essa perspectiva, Vesentini mostra que a educação escolar surgiu por iniciativa do Estado instrumentalizado pela burguesia que se tornava hegemônica (século XVIII e XIX). Afirma que a educação escolar instrui novas gerações, adaptando-as ou assimilando-as às instituições, hábitos e valores da sociedade, mostrando que é uma necessidade do mundo capitalista que as pessoas saibam ler e escrever. A escola contribui em maior ou menor escala para desenvolver a cidadania, por meio do estímulo ao raciocínio, à criatividade e ao pensamento crítico dos estudantes.

Diz o autor que embora a escola tenha surgido por iniciativa do Estado, a sua ampliação para as camadas populares foi em grande parte conquistado a partir das pressões da sociedade. O ensino é funcional para o capitalismo moderno, mas contraditoriamente, também é um agente de mudanças sociais e uma conquista democrática. Pode-se dizer o mesmo da indústria cultural, ela foi criada pela reprodução capitalista e é parte inerente da mesma, mas ao mesmo tempo, é uma possibilidade de se alargarem as fronteiras do possível, de se pensar o novo, de subverter a ordem das coisas.

O autor afirma que não é possível estabelecer uma fronteira nítida entre o papel da escola como reprodutora do sistema e como agente de mudanças sociais.

Após criticar veementemente os pensadores de esquerda que não mudaram o discurso, mesmo depois de todo o movimento ocorrido na sociedade, acredita que a escola é importante para o estágio atual do capitalismo, inclusive o Brasil precisa elevar a escolaridade da população em geral e não só da elite. As pessoas precisam aprender a pensar por conta própria, enfrentando novos desafios, criando novas respostas em vez de repetir velhas fórmulas.

Segundo o autor, é no sistema escolar que vão ocorrer as lutas e os entrelaços de projetos essenciais para os destinos da humanidade. Assim como os ecológicos, feministas, culturais, de consumidores; os conflitos e as mudanças educacionais constituem uma das mais importantes frentes de ampliação da democracia e da justiça social em nossos dias. A força de trabalho do século 21 deve ser sobretudo qualificada, deverá haver uma disciplina que permita ao educando compreender o mundo em que vive, da escala local à escala planetária. Será que a Geografia poderá dar conta dessa tarefa? Questiona Vesentini.

Ensino da Geografia: um retardo desnecessário, de Jaime Oliva. O autor afirma que a Geografia vem convivendo com impulsos renovadores, há pelo menos vinte anos, no entanto, esses fluxos atingem muito precariamente o ensino médio.

Inicialmente, para essa análise utiliza os elementos - chaves do processo de renovação da Geografia para a compreensão do processo de renovação que é complexo, desigual e de ritmo muito lento.

Um primeiro elemento-chave destacado refere-se às motivações dessa renovação. São transformações do nosso tempo que exigem renovação. No contexto histórico atual, a cada instante muitas coisas desiguais são acrescentadas e só são compreensíveis em um contexto espacial.

Um segundo elemento-chave diz respeito à nova localização do espaço geográfico no quadro social. O espaço geográfico é um componente

da sociedade, essa afirmação é apoiada em Henri Lefebvre que em sua obra mostra o espaço como a instância privilegiada da reprodução das relações de produção da sociedade moderna.

Um terceiro elemento-chave decorrente dos anteriores é o entendimento do espaço geográfico como elemento que compõe o quadro social e que, portanto, tem valor explicativo dessa realidade, havendo necessidade de se restabelecer o diálogo rompido da Geografia com as outras disciplinas sociais. Desse modo, o espaço geográfico deverá ser entendido no interior da complexidade social e ter nova expressão. O universo lingüístico herdado da Geografia terá que ser reformado num processo fecundado pelo universo lingüístico de renovação da ciência geográfica.

Oliva faz uma crítica severa ao ensino acadêmico da Geografia realizado na Universidade, ao afirmar que a produção geográfica na academia é muito heterogênea sendo que, porém, apenas alguns estabelecimentos dedicam-se à produção de conhecimento novo e estão em contato com a renovação da Geografia. Mas a maioria dos professores são formados por estabelecimentos que não produzem conhecimentos novos, na grande maioria na rede particular. Não há praticamente meios de comunicação entre as redes formadoras de professores.

Continua Oliva, enquanto os grupos renovadores parecem encerrados em sua torre de marfim, pouco dispostos a criar canais comunicativos com o universo do ensino médio, de outro lado, o ensino público estatal (ensino médio) enfraquecido e sem perspectivas tem os seus professores materialmente impossibilitados de ir a busca de aperfeiçoamento, de renovação de modo constante. O sistema privado cada vez mais escravizado à lógica do mercado, enfeita as metodologias pedagógicas com signos da modernidade, tais como a informática e subordina a fruição do conhecimento a outros objetivos.

Oliva questiona a Geografia solicitada nos exames vestibulares e o livro didático que mantêm um "formato jornalístico" e antiacadêmico.

Diz o professor, "Pedagogizar não significa

tirar a complexidade e substituir a linguagem científica, que associada aos seus conteúdos nos oferece um tipo de leitura do mundo que é esclarecedora e, por isso, constitui um patrimônio para construirmos o nosso destino"

Em relação ao potencial educativo da Geografia renovada questiona o autor: "levando-se em conta a velocidade e complexidade das mudanças que se impõem ao espaço geográfico e a todo o planeta nesse fim de século, como controlar os conhecimentos da Geografia?"

Sem um mínimo de teoria, como, do ponto de vista geográfico, compreender a globalização, o desaparecimento e o surgimento de novos países, a queda do socialismo real, os conflitos étnico-culturais, a formação de blocos regionais. Ter a educação como referência, como um valor, é não vulgarizar a cultura e os conhecimentos; não se dobrar ao consumismo e às modas. Pensar a educação como um valor significa pensá-la em um novo mundo.

A Geografia e suas Linguagens: o caso da Cartografia, de Fernanda Padovesi Fonseca e Jaime Tadeu Oliva. Os geógrafos fazem uma análise crítica à autonomia da linguagem cartográfica no ensino da ciência geográfica. Segundo eles a cartografia perdeu seu norte. Os autores afirmam que a cartografia tem potencial para se estruturar como uma linguagem privilegiada da Geografia, no entanto, ao contrário, vem se constituindo como técnica representativa, derivada automaticamente das tecnologias modernas por vezes também de imperativos pedagógicos, numa trajetória de desenvolvimento autônomo, alheia às discussões internas e de renovação da Geografia.

A Geografia tem a seu dispor como meio de trabalho um referencial complexo de fontes e um dispositivo crescente de exposição de seus novos saberes. A cartografia e as narrativas verbais conviveram com atritos e muitas vezes com a supremacia da cartografia. Estabeleceu-se verdadeira incomunicabilidade entre aqueles que desenvolveram habilidades no manuseio de novos apa-

ratos, como os diversos tipos de sensoriamento remoto e os velhos, como a cartografia e seus correlatos, que ignoram a renovação teórica da Geografia. Os geógrafos envolvidos nas discussões teóricas permanecem alheios às novas possibilidades de uso das diversas fontes hoje existentes.

Os autores discutem a seguinte questão: As novas tecnologias de escrutínio das paisagens e do espaço "invadiram" a Geografia? Chegam, após várias discussões, que pelo menos em nosso País não há indícios de que as novas tecnologias tenham dado uma nova qualidade ao ensino da Geografia.

No texto, os autores discutem o desequilíbrio existente entre o avanço tecnológico e as metodologias de processamento digital, que viabilizariam ao intérprete o exercício e a aplicação consciente de seus métodos de pesquisa e de análise.

Na realidade existe um mundo novo entre o observador-geógrafo e o que é reconhecível na imagem. Para que a imagem seja aproveitada de acordo com suas potencialidades há, portanto, que se desenvolver metodologias de processamento digital, que não afastem desse recurso o intérprete não-especialista em sensoriamento remoto.

Entender as tecnologias e metodologias como meios subordinados a fins e valores estabelecidos no interior das disciplinas é recuperar o controle humano sobre as tecnologias. Não se pode permitir que o sensoriamento remoto orbital vire um fim em si mesmo, mas ao contrário, que a tecnologia e a metodologia estejam subordinadas às necessidades e à bagagem científica e profissional do intérprete enquanto ser social.

Em relação ao ensino da cartografia na escola de ensino fundamental e médio, os autores consideram que a percepção espacial e a linguagem gráfica e cartográfica são trabalhadas desde o primeiro grau, e que esses são aspectos fundamentais na evolução das estruturas cognitivas e no crescimento intelectual das crianças e dos jovens adolescentes e diversas contribuições têm sido dadas no sentido de aprimorar o conhecimento nas áreas que lidam com a representação espacial, baseados sobretudo em Piaget e Vygotsky. Mas, perguntam os autores, esse enriquecimento pedagó-

gico estaria sendo acompanhado por uma evolução correspondente nos conteúdos espaciais tratados pela Geografia?

A autonomia da Cartografia em relação à Geografia, ora se enredando no interior das técnicas modernas, ora surgindo apenas como complemento do texto, empobrece seu papel como linguagem produtora de conhecimentos.

Os autores afirmam que a Geografia renovada deixou de lado a noção de espaço absoluto e adotou a concepção de espaço relativo. Cada elemento do espaço tem um valor relacionado a outros espaços. Assim, as coisas não estão no espaço, mas são elas mesmas espaço. Portanto, uma cidade não está no espaço, ela é espaço. Os seres humanos organizados em sociedade organizam também o espaço geográfico, que é um quadro de vida no qual se desenvolvem as relações sociais.

Considerando o espaço geográfico como espaço relativo, os autores destacam a importância de Jacques Bertin que considera a representação gráfica como transcrição de signos, deduzindo daí que ela é parte da semiologia, o que pode representar os objetos geográficos em relação e com flexibilidade para analisar outras distâncias geográficas surgidas no convívio sócio-espacial. Dessa reflexão surgiu uma cartografia mais analítica do que descritiva.

Os autores destacam a linguagem gráfica de Bertin como veículo privilegiado para a criação e exposição dos conhecimentos geográficos.

A Cartografia no Ensino Fundamental e Médio, de Maria Elena Ramos Simielli. A geógrafa demonstra a sua preocupação com a passagem da Cartografia, enquanto disciplina acadêmica, para o ensino e aprendizagem da Geografia no ensino fundamental e médio.

Segundo a autora, é a partir do saber universitário que um saber ensinado deve ser elaborado, reconstruído, reorganizado. Mais do que uma transposição didática, trata-se de uma verdadeira reconstrução do saber geográfico. Essa reconstrução precisa ser feita em vários níveis: dos progra-

mas, do professor, da lição e do aluno.

O ensino da cartografia na academia está quase todo direcionado à pesquisa, sendo poucas as colocações para o ensino fundamental e médio. No dia-a-dia do cidadão pode-se fazer a leitura do espaço por meio de diferentes informações. Pode-se representar informações com diferentes finalidades: mapas de turismo, mapas de planejamento, mapas rodoviários, mapas de minerais, mapas geológicos, entre outros.

Os professores têm a possibilidade de trabalhar com a cartografia em três níveis: 1-Localização e análise; 2 correlação que permite a combinação de duas ou mais cartas de análise; 3- síntese: mostra as relações entre várias cartas de análise e constrói-se uma carta-síntese.

No texto Simielli faz propostas para o ensino da cartografia de 1ª a 4ª série e de 5ª em diante. Para as séries iniciais, trabalha basicamente com a alfabetização cartográfica, aproveitando o interesse que os alunos têm por imagens; o fazer pedagógico precisa oferecer recursos visuais (desenhos, fotos, maquetes, plantas, mapas e outras representações feitas pelos alunos, que ao se familiarizar com a linguagem visual e cria significados. Essa alfabetização pressupõe o desenvolvimento de noções de visão oblíqua e vertical; imagem dimensional e tridimensional, legenda, proporção e escala; lateralidade/referências, orientação.

A proposta de Simielli para o ensino de 5ª série em diante tem por objetivo eliminar o aluno copiador de mapas e com essa perspectiva orienta-se em dois eixos: 1 - o trabalho pedagógico com o produto cartográfico já elaborado, tendo um aluno crítico no final do processo e 2 o aluno participante do processo de construção do mapa, formando um aluno mapeador consciente.

Trata também da importância dos mapas, das maquetes, dos croquis do significado de cada uma dessas representações para que os alunos possam trabalhar com análise/localização e correlação e no 2º grau chegar à síntese.

Esquemas e quadros incluídos no texto elucidam as propostas de transposições didáticas realizadas por Simielli.

As propostas para a cartografia no ensino fundamental e médio dessa autora, baseiam-se sempre na cartografia como meio de transmissão de informação, colocando a possibilidade de deixar para trás a época em que apenas se copiavam e se coloriam mapas.

Geografia e Cinema: em busca de aproximações e do inesperado, de Jorge Luiz Barbosa. O autor afirma que apesar dos limites da utilização dos meios audiovisuais, principalmente como substitutos dos professores, ainda acredita na potencialidade de enriquecimento da relação ensino-aprendizagem no sentido de fazer das aulas das aulas momentos de crítica da realidade em que vivemos e, ao mesmo tempo, um lugar para sonhar com o mundo.

Segundo Barbosa tem sido bastante tímido o diálogo entre a geografia e o cinema, apesar disso, não pode dizer o mesmo em relação ao objeto de preocupação e estudo: o espaço.

O autor destaca a interlocução feita por David Harvey que buscou o diálogo com a produção cinematográfica e que assinalou seus limites enquanto representação do espaço, pois trata-se de um espetáculo projetado numa tela sem profundidade. Apesar desses limites, é inegável que estamos diante de um rico campo para o trabalho de pesquisa e ensino.

Destaca o autor que a relevância didática do cinema não é maior nem menor em relação a outros recursos visuais - mapas, cartas geográficas, fotografias, pinturas ... A vantagem dos filmes documentários ou de ficção está na ludicidade que empresta ao trabalho pedagógico, pois a imagem está em movimento, assim o filme traz uma forte impressão de realidade.

Fonseca sugere que o filme não seja usado como uma ilustração da palavra do mestre ou como um reforço da aprendizagem, o papel do filme é o de provocar uma situação de aprendizagem para alunos e professores, que possibilite a pesquisa e a crítica a respeito da sociedade em que vivemos. É preciso perguntar o que é um filme? Aqui o au-

tor faz uma reflexão tentando mostrar a riqueza da dupla face da representação na imagem cinematográfica em que magia e realidade misturam o espetáculo com a vida.

O autor, utilizando Xavier (1988: 368), afirma que toda leitura de imagem é produção de um ponto de vista: a do sujeito observador. Portanto, é possível concluir que é o observador quem define o campo de questões da imagem fílmica, conforme o seu estatuto teórico-prático de interpretação. A realidade é construída por meio das leituras do sujeito observador.

No texto são mencionados vários filmes no sentido de examinar os estereótipos, códigos, convenções, mitos e ideologias, citando também autores que analisam teoricamente a linguagem do cinema.

Para finalizar, Fonseca diz que buscou ressaltar a importância do trabalho com a imagem cinematográfica, nas condições sócio-culturais contemporâneas em que o assalto voraz das representações, principalmente da mídia, tem a pretensão de dominar e regularizar o nosso modo de viver. Colocar em causa a "sociedade do espetáculo" nos parece uma tarefa inadiável para aqueles que têm o desejo de um mundo melhor.

Cidade, Cotidiano e TV, de Glória da Anunciação Alves. A autora discute um dos instrumentos da mídia de maior impacto na formação de opinião do conjunto da população, pois a TV, como todos sabem, está nos lares dos ricos e dos pobres, nos mais longínquos lugares da Amazônia, do Centro-Oeste, do Nordeste, desde que a luz elétrica esteja presente.

A autora coloca como eixo central da discussão a CIDADE, mostrando que diferentemente do passado quando, vivia-se ela com o corpo inteiro, sentia-se a cidade diretamente através de todos os sentidos. Hoje, ao invés de se ver o fenômeno em si, as pessoas o enxergam pela câmera da TV, ou seja, mostram aquilo que desejam que o conjunto da sociedade deve saber. As imagens produzidas apresentam-se como o olhar do mundo.

Segundo a autora, a televisão colabora para que a marca do cotidiano do homem moderno seja a repetição, a tendência à homogeneização, ao previsível, contribuindo para a formação e manutenção de comportamentos. No entanto, os fatos ficam desprovidos de qualquer significado, reduzindo-se a imagens pouco questionadas.

O achatamento da paisagem urbana produzido pelas transmissões, dificulta o entendimento da cidade e o processo de apropriação da cidade. A cidade deixa de ser entendida como produção e passa a ser vista apenas como consumo.

Diz a autora, as novas relações capitalistas, em que o consumo de mercadorias, em larga escala é essencial para a reprodução das relações de produção, a TV tem função primordial na dissolução de um antigo modo de vida. Ao mesmo tempo que ela mina um antigo modo de vida contribui com a constituição de um novo. O consumir não se resume à compra de mercadorias anunciadas. Consumem-se também idéias, valores, estilos de vida e a própria cidade. A imagem é vista, a informação é dada, mas seu significado poucas vezes é compreendido, porque a consciência espacial está pouco desenvolvida nas pessoas.

Analisa os telejornais, quando as imagens da cidade aparecem como sendo reais e verídicas. Esse clima de veracidade vai marcar as muitas notícias e tendem a ser colocadas como se já fizessem parte do cotidiano da vida da maior parte das pessoas da metrópole.

Por esse caminho, Glória Alves vai analisando vários aspectos e problemas mostrados pela TV, tais como a violência urbana que faz parte de vários programas mas não é discutida nas suas raízes; a valorização da propriedade privada, apresentando imagens de invasão de terrenos da área metropolitana de São Paulo, mas sem questionar a ausência de um política de habitação. Desse modo, a televisão mostra à população que os problemas ambientais são causados pela população pobre, como se estes fossem responsáveis por sua própria situação. Os problemas são passados como se fossem problemas particulares sem relação de interdependência.

Os telejornais, segundo a autora, ao destacar o fenômeno da fuga da cidade como solução encontrada para se livrar dos problemas da gran-

de cidade, reforçam a idéia de que os problemas são resultantes da concentração populacional, o que aumenta o estigma contra os migrantes.

